



AJUFE

Associação dos Juízes Federais do Brasil

Previdência Social: Análise dos impactos gerados pelos crimes contra a previdência social, custo da corrupção, sonegação, devedor contumaz, DRU, Refis, Desonerações Fiscais



Versão do governo: déficit?

*Em 2016, a Previdência Social registrou um déficit de **R\$ 151,9 bilhões**, crescimento de 59,7% em relação a 2015 – números atualizados pelo INPC.*

A despesa com benefícios cresceu 6,6% e fechou o ano em R\$ 515,9 bilhões.

Já a arrecadação – R\$ 364 bilhões – registrou a segunda queda consecutiva. Caiu 6,4% se comparada a 2015.

Crimes contra a previdência social e Fraudes

1. **03/05/2017** - Fraudes **previdenciárias** nos estados de MG e do RJ que teriam causado aos cofres públicos um prejuízo de, pelo menos, R\$ 2,8 milhões.
2. **10/05/2017** - Operação Conectividade - desarticular uma associação criminosa em um esquema de fraude à Previdência Social. Prejuízo na ordem de R\$ 2,8 milhões.
3. **11/05/2017** - A Operação Inço foi desarticulada pela Polícia Federal em parceria com Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul. O prejuízo é estimado em R\$ 500 mil.
4. **16/05/2017** - A Polícia Federal no Espírito Santo deflagrou a Operação "La pensão è mobile", que combate fraudes previdenciários no Estado. Estima-se que o prejuízo aos cofres do INSS já tenha atingido quase R\$ 500 mil.
5. **17/05/2017** - Mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal/RN, em endereços residenciais e na **Agência da Previdência Social**, em Natal/RN.
6. **31/05/2017** - Desarticular quadrilha especializada em fraudar benefícios previdenciários em Salvador e Maragogipe. Segundo a PF, o esquema fraudulento causou R\$ 635 mil de prejuízo aos cofres da Previdência Social. Ao considerar a expectativa de vida, é de R\$ 4,77 milhões.

Crise da Arrecadação em prejuízo da previdência social

- Devedor Contumaz; - Refis
- Devo, não nego e não pago!

- Sonegação;

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estima que o Brasil deixa de arrecadar cerca de **R\$ 500 bilhões** ao ano em tributos devido à sonegação fiscal, principalmente das grandes empresas. Nesse mundo de devedores, das 100 empresas que mais devem a União as dez primeiras são da indústria do cigarro.

Dívida Ativa

1. A dívida ativa da União já alcança, hoje, mais de **R\$ 1,8 trilhão**, dos quais mais de R\$ 400 bilhões são de dívidas relativas à Previdência.
2. Anelise de Almeida, diretora de gestão da dívida ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), esclareceu que apenas 12 mil pessoas físicas e empresas – cerca de 1% dos devedores de tributos – são responsáveis por 70% do estoque da dívida previdenciária e fiscal, ou cerca de **R\$ 1 trilhão**.
3. **42% das dívidas de contribuições previdenciárias que o governo vem cobrando tem entre média e alta recuperabilidade.**
4. **A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional fez um levantamento onde foi apurado que os devedores da Previdência Social acumulam dívida de R\$ 426,07 bilhões. O valor é quase três vezes superior ao atual “déficit”, que fechou 2016 em R\$ 149,7 bilhões.**



A Execução fiscal e a Justiça Federal

1. Os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, **42%** do total de casos pendentes totais **e 84%** do total de casos pendentes de execução na Justiça Federal.
2. Os processos desta classe apresentam alta taxa de congestionamento, aproximadamente **94%**, ou seja, de **cada 100 processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2015, apenas 6 foram baixados**. (taxa da JF: 71,6%). Se a execução fiscal fosse excluída dos cálculos, a taxa de congestionamento reduziria de 71,6% para 61,1%.
3. Assuntos mais demandados na justiça federal
-Benefícios em espécie, auxílio doença previdenciário 576.618 (11,44%)
-Direito tributário dívida ativa: 406.485 (8,06%)

4. Assunto mais demandado no primeiro grau (varas)
Dívida ativa: 354.425 (20,92%)



Desonerações Fiscais

1. O total da renúncia fiscal sobre a arrecadação total passou de 0,88% em 2012 para 6,25% em 2015. Com a volta da contribuição para alguns setores em 2016, o percentual caiu para 3,73%.
2. As renúncias tributárias no Brasil pularam de 1,7% do PIB em 2007 para cerca de 4% do PIB em 2017;
3. O Estado do Rio de Janeiro deixou de arrecadar R\$ 138 bilhões em ICMS entre os anos de 2008 e 2013. Entre 2008 e 2013, o estado deixou de arrecadar R\$ 230 milhões em ICMS de empresas que vendem joias confeccionadas com metais preciosos e que só contribuintes de elevado poder aquisitivo podem comprar.

A Reforma da Previdência contra os direitos dos servidores públicos – estudo da Justiça Federal

1. A magistratura federal: **2.301 ativos, 268 aposentados e 85 pensionistas.** No ano de 2016 registrou um gasto total com **inativos e pensionistas de R\$ 98,832 milhões para um gasto de ativos na ordem de R\$ 615,448 milhões.**
2. Receita de aproximadamente R\$ 203,09 milhões de ativos e de aproximadamente R\$ 10,87 milhões de inativos e pensionistas (arts. 5º e 6º da Lei n. 10.887/04 - **Art. 8º A contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica,**) perfazendo uma receita total de contribuição previdenciária de **R\$ 213,96 milhões** para o gasto com inativos e pensionistas de **R\$ 98,832 milhões**, há na verdade um **superávit**, que foi em torno de **116% em 2016.**

A Reforma da Previdência contra os direitos dos servidores públicos – estudo da Justiça Federal

1. Servidores públicos do Judiciário Federal: **27.619 servidores ativos e 5.369 inativos, sendo 4.332 aposentados e 1.037 pensionistas.**
2. No ano de 2016 o gasto com inativos e pensionista foi da ordem de **R\$ 974 milhões** para um gasto de aproximadamente **R\$ 4,43 bilhões com servidores ativos**.
3. A arrecadação de contribuição previdenciária quanto aos servidores ativos é da ordem de **R\$ 1,459 bilhões e dos inativos e pensionistas de aproximadamente R\$ 78,35 milhões, totalizando algo em torno de R\$ 1,537 bilhões, ou seja, um superávit de mais de 63%.**

A Reforma da Previdência contra os direitos dos servidores públicos – estudo da Justiça Federal

1. A Justiça Federal arrecada (R\$ 24 bilhões, computadas recolhimento com custas, taxas e receitas oriundas das execuções fiscais) em contraponto a seu custo total de funcionamento (R\$ 9,9 bilhões, incluindo servidores, estrutura e custeio), conforme Justiça em Números 2016 (CNJ) e temos, só no ano de 2016, uma receita orçamentária direta total gerada pelos juízes federais de R\$ 14,2 bilhões.